

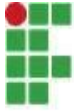
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

BRUNA EDUARDA CRUZ

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ESTUDANTE SURDO NO CONTEXTO  
DE CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES**

LONDRINA

2018



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

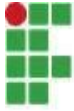
BRUNA EDUARDA CRUZ

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ESTUDANTE SURDO NO CONTEXTO  
DE CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade  
Revisão Bibliográfica, apresentado ao curso  
Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino  
Médio do Instituto Federal do Paraná.

LONDRINA

2018



## FOLHA DE APROVAÇÃO

BRUNA EDUARDA CRUZ

EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ESTUDANTE SURDO NO CONTEXTO DE CURSOS  
TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Revisão Bibliográfica, apresentado ao Curso Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Técnico em Biotecnologia.

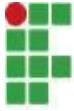
Orientadora: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Kátia Socorro Bertolazi

\_\_\_\_\_  
Prof. Lucas de Moraes Negri

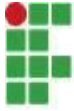
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Marília Curado Valsechi

Londrina, 13 de novembro de 2018.



Ministério da Educação

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus,  
aos meus familiares e aos surdos que fizeram  
parte da minha jornada.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado força, paciência e saúde para passar pelas dificuldades e chegar até aqui.

A minha mãe, Gislaine Couto, por todo amor e compreensão.

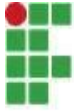
A minha orientadora, Kátia Bertolazi, pelo carinho, atenção e compreensão.

Ao meu namorado, Gabriel Lacerda, pelo carinho e paciência.

Aos meus amigos de classe que me apoiaram.

Em especial a minha amiga Caroliny Endo e Gustavo Palote.

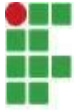
E a todo corpo docente que me auxiliou durante os quatro anos do Curso Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio do IFPR - Campus Londrina.



Ministério da Educação

*“ Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo ”.*

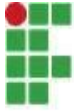
- *Paulo Freire*



## RESUMO

O presente trabalho busca investigar a questão da acessibilidade para estudantes surdos envolvendo ciência e tecnologia. Por muitos anos, estudantes surdos foram excluídos do processo escolar regular ou tratados de forma igualitária aos estudantes ouvintes, pedagogicamente. Trabalhava-se da mesma forma sem haver a preocupação de realizar uma metodologia focada no aluno e sem se importar com as diferenças linguísticas e competências comunicativas do indivíduo. Para que ocorra a aprendizagem de fato, é necessário traçar estratégias didáticas pensando no estudante de maneira personalizada. Porém, somente o uso dos sinais derivados da Língua Brasileira de Sinais (Libras) não é suficiente para os processos envolvidos nas atividades de escolarização dos estudantes. É preciso que o ambiente seja acolhedor e que estimule o estudante surdo a explorar suas capacidades em todos os sentidos, considerando o ambiente seguro e confortável para a realização dessas experiências de aprendizagem. Os recursos tecnológicos são relevantes para que o estudante surdo descubra o mundo da escrita e da linguagem, proporcionando maior autonomia e, conseqüentemente, desenvolvimento ao educando. A diferença reside na forma de acessar, apresentar e representar os diferentes conhecimentos no processo de formação escolar.

**Palavras-chave:** Estudante Surdo. Educação Inclusiva. Ciência. Libras.

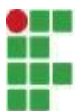


## ABSTRACT

*The follow project search investigate the issue of accessibility for deaf students involving science and technology. For many years, deaf students were excluded from de regular school process or treated equally to the listening students, pedagogically speaking. They worked in the same way without worry with an individualized methodology and no matter with the linguistic differences communicative of the individual. In order for learning to occur, it is necessary to draw up didactic strategies thinking about the student in a personalized way. However, only the use of signs derived from the Brazilian Sign Language (Libras) is not sufficient for the processes involved in students schooling activities. The environment must be welcoming and encourage the deaf student to explore their abilities in every way, considering the safe and comfortable environment for the realization of these learning experiences. The technological resources are relevant for the deaf student to discover the world of writing and language, providing greater autonomy, and consequently development to the student. It should be noted that the deaf student is as cognitively competent as a listener. The difference lies in the way of accessing, presenting and representing the different knowledge in the school formation process.*

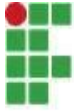
**Keyword:** *Deaf Student. Inclusive Education. Science. Libras.*





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
1.1 TEMA	10
1.2 PROBLEMA	11
1.3 HIPÓTESE	11
1.4 OBJETIVO GERAL	11
1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
1.6 JUSTIFICATIVA	12
<b>2 DESENVOLVIMENTO</b>	13
2.1 HISTÓRICO DA INCLUSÃO	13
2.3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNDO	15
2.4 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	18
2.5 INCLUSÃO DOS SURDOS NA ATUALIDADE	21
2.7 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO ESTUDANTE SURDO	22
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	25
<b>REFERÊNCIAS</b>	26



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 TEMA

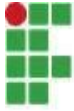
Por meio da linguagem, os seres humanos são capazes de se comunicar e de interagir entre si. A ausência de práticas comunicativas pode implicar em graves problemas no desenvolvimento intelectual, emocional e social de uma pessoa (CAPOVILLA, 2000).

Em média, 90 a 95% das crianças surdas possuem famílias ouvintes, portanto, o apoio familiar, contato e prática da Língua de Brasileira de Sinais (Libras), interação e comunicação com os colegas de escola são os componentes fundamentais para a sua formação pessoal e educativa (KLEMP; SOUZA; FERNANDES, 2016).

O método de educação bilíngue tem a finalidade de garantir a aquisição e a aprendizagem da Libras e da Língua Portuguesa, construindo a identidade linguística e cultural do aluno surdo. Assim, é esperado que se aprenda Libras como primeira língua (L1) e o Português como segunda língua (L2), uma vez que legalmente é indispensável o aprendizado da L2. Esta auxilia o indivíduo surdo a compreender melhor a escrita e leitura (BRASIL, 2014).

No Brasil, há diversas adaptações inclusivas no âmbito educacional, as quais citam-se as classes especiais, salas de recursos e escolas para surdos (STROBEL, 2006). Contudo, um dos empecilhos no processo de formação acadêmica dos surdos são os termos científicos e técnicos que não possuem sinais em Libras (BORGES *et al.*, 2015). Diversos trabalhos vêm sendo realizados, especialmente por estudantes de Institutos Federais, em busca de desenvolver materiais que auxiliam esse processo educacional em cursos superiores e técnicos profissionalizantes.

Em virtude da importância dessa temática, foi realizado um levantamento de trabalhos e artigos científicos, priorizando alguns tópicos principais, tais como a História da Educação dos Surdos no Brasil e no mundo e aspectos gerais que tratam da realidade da Educação Inclusiva no país. Assim, esse estudo visa promover a circulação de informações.



## 1.2 PROBLEMA

Educação Inclusiva é o processo de integração daqueles que foram excluídos ou discriminados na escola, dado alguma deficiência (FERNANDES, 2015). A Conferência Mundial de Educação Especial (1994) deu origem à Declaração de Salamanca, a qual foi um marco para a Educação Inclusiva. Essa declaração cria o desafio para as escolas promoverem um ensino de qualidade para todos os alunos, ou seja, adaptar-se conforme as características de cada um. A Declaração ressalta a importância de os alunos aprenderem juntos.

A Declaração de Salamanca é classificada como um dos documentos mais importantes do mundo que valida a inclusão social, estando ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração que discorre a “Educação para Todos” do ano de 1990.

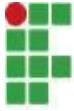
As escolas devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1994, p.3).

Embora pode-se observar o teor da Declaração de Salamanca, existem enormes dificuldades para integrar os estudantes com algum tipo de especificidade na sala de aula, pois são raros os professores que tem essa capacitação especializada. Além disso, os materiais didáticos são poucos e a forma de avaliação proposta geralmente adotadas pelos professores é considerada inadequada para esse público (FERNANDES, 2015).

Diante dessas dificuldades que os surdos encontram na comunicação apontadas na literatura na Educação Inclusiva para surdos.

## 1.3 HIPÓTESE

O estudante surdo necessita de formas específicas para acessar e



compreender os diferentes tipos de conhecimento. A ausência de um dos sentidos requer de profissionais que atendem esses educandos sensibilidade e formação didático-pedagógica que contempla meios para representar a diversidade de conhecimentos científicos na etapa da escolarização.

#### 1.4 OBJETIVO GERAL

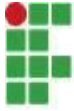
O presente trabalho visa discutir a promoção do acesso a conhecimentos da área de Biotecnologia voltado para o público surdo.

#### 1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Conhecer práticas inclusivas educativas voltadas a estudantes surdos em contextos científicos e tecnológicos.
- Identificar aspectos de acessibilidade educacional para os estudantes surdos envolvendo ciência e tecnologia.

#### 1.6 JUSTIFICATIVA

O tema foi escolhido por perceber que o indivíduo surdo se depara com muitas limitações de comunicação, e necessita de atenção, e é real a dificuldade de gestores e professores em manter um trabalho de qualidade para esse público diante dos inúmeros obstáculos. Por outro lado, práticas pedagógicas vêm aprimorando o processo de ensino e aprendizagem e juntamente com a tecnologia temos novas perspectivas para a inserção do indivíduo surdo na escola regular.



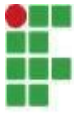
## **2 DESENVOLVIMENTO**

Desde o nascimento, o ser humano inicia seu convívio social, e vai aumentando com o passar do tempo, com a formação dos grupos de convivência. A interação com outras pessoas exerce um papel essencial para a formação do indivíduo e no desenvolvimento intelectual, o que contribui para o processo de aprendizagem, melhorando as estruturas mentais presentes desde o nascimento.

Em decorrência natural da vida, o ser humano tem a necessidade de relacionar-se com outros humanos e o contato entre os indivíduos traz o aumento dos conhecimentos. Segundo Vygotsky (1994), a comunicação gera vínculos, e é primordial para que o sujeito atue como ser social. Antes do início da vida escolar, a família é o primeiro grupo social de que a criança faz parte.

Ao ingressar no ambiente escolar, as crianças passam a criar vínculos com mais intensidade, pois é uma experiência nova e o professor se torna importante nesse processo de socialização. Esse processo se torna mais delicado quando se trata de crianças com alguma necessidade especial, e com o surdo não é diferente. Desse modo, é possível afirmar que o aluno surdo necessita de atenção específica que lhe é garantida por lei. Essa garantia pode ser confirmada mediante a Declaração de Salamanca. As discussões gerais foram organizadas durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994, objetivando fornecer diretrizes básicas para desenvolver políticas e sistemas educacionais em conformidade com a mobilidade de inclusão social.

### **2.1 HISTÓRICO DA INCLUSÃO**



Na Antiguidade os deficientes eram considerados incapazes e anormais. Sendo assim, em alguns locais os bebês que nasciam com algum tipo de necessidade eram descartados, quando não, na maioria das vezes, visto como um estorvo. O tratamento dessas pessoas variava conforme a região e o período (BARBOSA, 2013). Os hebreus acreditavam que os deficientes eram pessoas impuras, amaldiçoadas e cheias de pecado (SILVA, 1987).

Na Idade Média, com a influência da Igreja Católica, criaram-se valores de caridade cristã, buscando a salvação para todos. Apesar da ideia de que todos são iguais perante a Deus, as pessoas com alguma limitação física não eram aceitas de forma igual na sociedade e ficavam desprotegidas e marginalizadas, vivendo em condições sub-humanas. Quando tinham condutas imorais recebiam castigos, e acreditava-se que estavam possuídos pelo demônio, então eram exorcizados (BARBOSA, 2013).

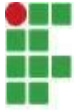
Foi na Revolução Francesa e Revolução Industrial que começou o processo de inserção dos deficientes principalmente no mercado de trabalho. Nesse contexto, surgiram algumas ferramentas como cadeira de rodas e bengalas. Além disso, atividades de reabilitação e estimulação foram desenvolvidas, influenciando a Educação voltada para esse público a surgir (SONZA, 2013).

No Brasil da era colonial os deficientes eram totalmente despercebidos, a sociedade era predominantemente agrícola e rudimentar, eles desempenhavam trabalhos simples, sem precisar de nenhum estudo (BARBOSA, 2013).

O período imperial deu mais atenção a essas pessoas. Dois marcos importantes foram a criação do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1857, ambos no Rio de Janeiro. Foram grandes conquistas, mas as iniciativas eram de caráter particular e oficial, ou seja, dedicadas a uma certa camada da sociedade (PEREIRA, 2012).

Segundo Miranda (2003), em 1957, o Governo Federal criou campanhas para pessoas deficientes, como Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, em 1957, Campanha Nacional da Educação e Reabilitação do Deficiente da Visão (1958) e Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (1960).

Mais tarde , a Declaração de Salamanca (1994), criada a partir da



Conferência Mundial em Educação Especial organizada pelo governo da Espanha, deu força ao movimento de inclusão.

No Brasil, a partir da aprovação da Constituição de 1988 se garantiu, de forma jurídica, o acesso à educação para todos, visando ao atendimento das pessoas que apresentavam algum tipo de necessidade educacional especial. Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394, de 1996, afirma no artigo 205 que “a Educação é direito de todos, dever do Estado e da Família.”

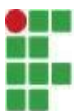
Foi nos anos 80 que começaram alguns movimentos para lutar pelos direitos das pessoas com deficiência. Já na década seguinte um novo modelo chamado de inclusão torna interessante, contrariando o antigo modelo de integração (MIRANDA,2003).

### 2.3 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO MUNDO

Na Antiguidade, a visão dos gregos sobre os surdos era muito estereotipada, sendo excluídos da sociedade, sem poder adquirir conhecimento. Similarmente, os romanos privaram os surdos de diversos direitos legais, tais como o casamento, a herança dos bens familiares, entre outros (SILVA, 2009).

Durante a Idade Média, a Igreja Católica designou aos monges a função de educador dos surdos, em troca de fortunas. Desta maneira, o espanhol Pedro Ponce de Léon foi o primeiro professor de surdos da História e o responsável por criar o primeiro alfabeto manual com a intenção de complementar a ausência da comunicação oral. Seu trabalho foi reconhecido por toda a Europa, em virtude da grande capacidade de conhecimento em Matemática, História e Filosofia por seus alunos surdos (CARVALHO, A., 2017).

Foi apenas no início do século XVI que começaram a permitir o ensino dos surdos sem interferências sobrenaturais, com o propósito de desenvolver o pensamento, adquirir conhecimentos e possibilitar a comunicação com o mundo ouvinte. Para isso, a estratégia mais utilizada foi o ensino da fala e da compreensão da língua falada (LACERDA, 1998).



Ministério da Educação

No século XVII, o padre espanhol Juan Pablo Bonet publicou o primeiro livro que explicava o alfabeto manual “*Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos*” (CARVALHO, 2017), conforme a Figura 1.

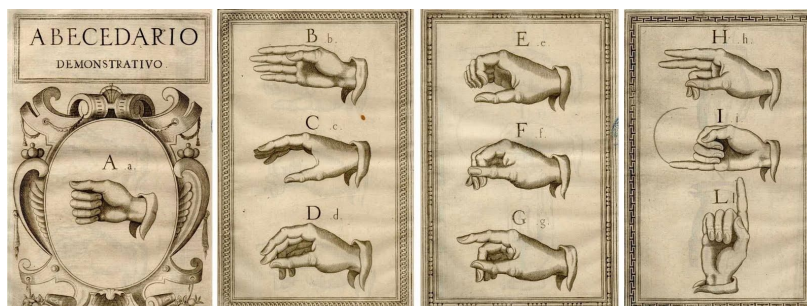


Figura 1 - Partes do alfabeto manual criado por Juan Pablo Bonet.  
Fonte: ROCCAFORTE, 2018.

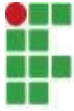
Por muitos anos a formação educacional de surdos não foi um assunto preocupante devido a visão que a sociedade apresentava em relação a eles perante a sociedade, ou seja, como cidadãos “improdutivos” e “inúteis”. O grande marco foi o Congresso Internacional de Milão, que ocorreu em 1880, no qual foi debatido sobre a educação surda e sobre os três métodos contraditórios: língua de sinais, oralista e mista (oral e sinalizada). O resultado desse debate e da votação realizada foi a imposição do método oral, que se tornou obrigatório na educação de surdos (STROBEL, 2006).

Após a erradicação da língua de sinais e da eliminação radical dos profissionais surdos do ambiente educacional, uma medida “preventiva” adotada nas escolas foi obrigar os estudantes surdos a sentarem sobre as próprias mãos. Adiante, as pequenas janelas de vidro das portas das salas de aula foram retirados para que os alunos não se comunicassem por sinais, apesar disso a Língua de Sinais nunca deixaram de existir (LIMA, 2004).

Como Strobel (2006) afirmou em seu estudo, ao analisarmos a história da comunidade surda, é visível o domínio do ouvintismo, principalmente na vida educacional, pois muitas decisões nesse âmbito foram tomadas por ouvintes.

Apenas a partir da década de 70 é que começaram as mudanças no âmbito educacional. Uma nova corrente educativa fora criada nomeada de Comunicação Total, devido ao uso de todos os recursos existentes no processo comunicativo. Portanto, essa nova filosofia era contrária a existente na época, pois apoiava a





Língua de Sinais, e também primava pelo uso de recursos paralinguísticos, enquanto o Oralismo privilegiava a fala (SOUZA; MARQUES; SAMPAIO, 2014).

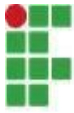
O papel central da linguagem oral e de sinais possui a mesma finalidade, porém o método oralista imposto objetivava um desenvolvimento semelhante com o dos ouvintes e que poderia em tese facilitar a sua integração social (CAPOVILLA, 2000).

O bilinguismo foi uma corrente filosófica educacional dos surdos e que surgiu graças às diversas pesquisas realizadas na área das Línguas de Sinais. Um pesquisador linguista de extrema importância nessa área foi o William Stokoe, que em meados da década de 60, estudou sobre a complexidade das estruturas linguísticas das Línguas de Sinais, equiparando com outras línguas orais (SOUZA; MARQUES; SAMPAIO, 2014).

Em 1999, foi realizado o “V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos”. Esse evento reuniu, especificamente, a comunidade surda. Foram, aproximadamente, trezentos surdos provindos da América Latina, da América do Norte e da Europa. O intuito do congresso era discutir e se posicionar em relação a alguns assuntos principais: Identidades Surdas, Cultura Surda e a Educação de Surdos (THOMA; KLEIN, 2010).

Diversos avanços foram realizados no mundo todo, inclusive no Brasil. Em um estudo realizado por Santos, Coelho e Klein (2017) foi comparado alguns aspectos da educação de surdos do Brasil e de Portugal. Deste modo, eles concluem que em relação à formação dos docentes o perfil de ambos os países é muito semelhante, como na indefinição de uma formação específica. Não obstante, no Brasil há dois perfis, o professor bilíngue que atua na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, e o docente específico de cada área. Em Portugal, são referenciados os professores bilíngues e competentes em LGP (Língua Gestual Portuguesa), e habilitados profissionalmente para lecionar nos níveis de educação e ensino.

A realidade é que o Brasil conta com poucas pessoas que possuem formação em Libras e atuam na área. E o número de cursos oferecidos tem aumentado, no entanto estão concentrados nos grandes centros, abordando um número limitado de pessoas. Sendo assim, fica trabalhoso encontrar pessoas com formação específica



como intérprete de LIBRAS, e que tenham disponibilidade em atuar como intérprete educacional, tendo em vista que esse trabalho requer empenho de muitas horas semanais, com horários fixos.

Destacamos a relevância de profissionais tradutores/intérpretes na atuação em sala de aula para alunos surdos inclusos, pois a principal limitação dos surdos é a língua. São esses professores que permitem a acessibilidade do aluno que utiliza Libras e atuam intermediando entre o professor regente e os demais alunos ouvintes da escola. A maioria dos alunos surdos têm acesso à universidade graças ao trabalho dos tradutores/intérpretes, da qual a prática tem respaldo legal.

## 2.4 EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

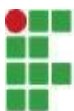
Muitos não sabem, mas, no território brasileiro, existem duas línguas de sinais: a Língua de Sinais Brasileira (Libras) e a Língua de sinais Kaapor Brasileira (LSKB), utilizada pela tribo Urubu-Kaapor (SOUZA; MARQUES; SAMPAIO, 2014).

Os ouvintes, diferentemente dos surdos, possuem mecanismo de audição e desenvolvem naturalmente a habilidade da fala. Vários motivos devem ser considerados quando o assunto é perda auditiva ou surdez, pois acontece uma redução na percepção dos sons (SILVA *et. al.*, 2013).

A Libras é proveniente da Língua de Sinais Francesa (LSF) (MORI; SANDER, 2015). Em 1857, a pedido do Imperador D. Pedro II, o professor surdo Eduard Huet veio diretamente da França para o Brasil. Após a fundação do Imperial Instituto de Surdos-Mudos, iniciou-se o processo educacional formal dos surdos, que passaram a ter uma escola especializada e com a oportunidade de criar a Língua de Sinais dos Centros Urbanos (LSCB) (ALVES *et al.*, 2015).

Huet também, com o apoio do Imperador, criou o Instituto de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro e, posteriormente fundou, em 26 de setembro de 1857, o Instituto Nacional de Educação do Surdo (INES), localizado também no Rio de Janeiro (FENEIS, 1993).

Contudo, é de extrema importância enfatizar que esses Institutos eram exclusivamente para meninos. As meninas surdas só tiveram direito à educação



após a criação do Instituto Santa Terezinha, em São Paulo, no início do século XX (ALVES *et al.*, 2015)

Durante esse período, ou seja, a primeira metade do século XX, poucas iniciativas foram tomadas, em razão da falta de ações concretas do governo (BELTRAMI; MOURA, 2015). Contudo, em 1957, foi elaborada a primeira campanha com a finalidade de desenvolver medidas importantes em relação à educação e assistência surda, a “Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro” (MIRANDA, 2004).

Em meados de 1974, houve avanço no campo educacional dos surdos sendo criado o “*SignWriting*”, a Escrita de Sinais, desenvolvida pela Valerie Sutton, uma especialista em movimentos do Centro para a Escrita do Movimento. A sua obra “*Lições sobre o SignWriting: um sistema de escrita para língua de sinais*” é composta por explicações e atividades que detalham o sistema, funcionando como um manual para os usuários, como representado na figura 2 (BREDA, 2016).

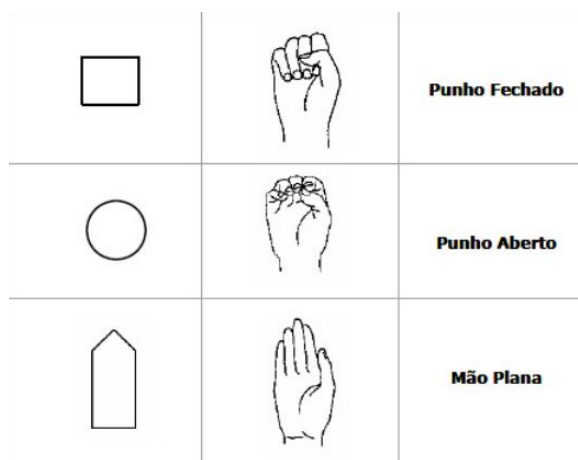
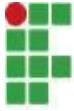


Figura 2 - Exemplos de SignWriting.  
Fonte: BREDA, 2016.

Em 1996, por meio de uma pesquisa sobre a Escrita de Sinais na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, o professor Dr. Antônio Carlos da Rocha juntamente com a professora Márcia Campos e Marianne Rossi Stumpf, trouxeram essa vertente científica para o Brasil. Eles pesquisaram como desenvolver uma modelagem interna para representar a Libras no computador e usá-la na forma manuscrita. Por representar unidades gestuais, esse sistema pode se associar com qualquer Língua de Sinais (STUMPF; WANDERLEY, 2016).

Mesmo a passos lentos, as lutas surdas foram surtindo efeitos. Mediante o decreto nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi



Ministério da Educação

reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão, e descrita como um sistema linguístico de natureza visual-motora que possui estrutura gramatical própria. Todavia, está explícito que a Libras não substitui a Língua Portuguesa (BRASIL, 2004).

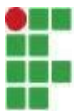
O decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, muito relevante também pois assegura como direito os seguintes termos:

- I - escolas e classes de educação bilíngüe, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngües, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;
- II - escolas bilíngües ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa (BRASIL, 2005).”

Uma importante mobilização, a maior da história de todo Movimento Surdo Brasileiro, iniciou em 2010. Durante a Conferência Nacional da Educação (CONAE), foram discutidos diversos assuntos que resultaram na elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE). Este evento marcou um retrocesso na educação de surdos, pois a maioria das propostas feitas pelos surdos presentes não foram atendidas. Em uma das propostas eles pediam que fosse garantido às famílias e aos surdos o direito de optar pela modalidade de ensino mais adequado para o pleno desenvolvimento das crianças, jovens e adultos, garantindo o acesso à educação bilíngüe, empregando a Libras e a Língua Portuguesa (CAMPELLO; REZENDE, 2014).

Com base no Decreto 5.626 de 2005, define-se como pessoa surda aquela que compreende e se comunica através de experiências visuais, especialmente por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Assim, na lei nº 10.436 de 2002, afirma que a Libras não pode substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa, ou seja, mesmo em instituições de ensino voltadas para surdos é indispensável a prática da escrita da Língua Portuguesa. (SILVA *et. al*, 2013).

Educação para surdos é uma temática que preocupa. Pesquisas realizadas no Brasil e no exterior mostram que há um número expressivo de



indivíduos surdos que frequentaram por vários anos a escolarização, e revela competência para pontos acadêmicos além do desenvolvimento de alunos ouvintes, embora suas aptidões cognitivas iniciais são similares.

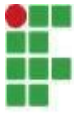
Uma notória discordância do sistema de ensino é apontada por esses dados, expondo a emergência de medidas que possibilitam a evolução integral dessas pessoas. Em todo mundo, com início na década de 1990, nascia com energia a proteção de uma política educacional de inclusão para os indivíduos com necessidades educativas especiais, sugerindo mais respeito e socialização ativa dessas classes considerando, assim, também a população surda. Porém, houve uma movimentação contrária ao programa de educação especial, no qual aconteceu o incentivo à prática de inclusão dos surdos em escolas regulares (de ouvintes).

A inclusão escolar é classificada como um procedimento ágil e progressivo, auxilia em vários aspectos na vida do aluno e dependendo da necessidade de cada um, a inclusão irá possibilitar o processo linguístico adequado, um aprendizagem de conteúdos acadêmicos e utilizar da leitura social e da escrita, e o professor é o responsável para interceder e estimular a construção da informação, por meio da interação com o aluno e com os colegas de classe.

A delicadeza dos projetos de inclusão, de certa forma, traz um fato de que, repetidamente, contradiz a real condição educacional brasileira, marcada por classes superlotadas, estruturas físicas precárias, equipe de docentes com formação que deixa a desejar. Tais condições do sistema educacional coloca em dúvida a ideia de incluir como política, no qual somente insere o aluno especial no contexto escolar argumentando que está sendo feito a inclusão. O que de fato acontece basicamente na teoria, uma vez que a prática não acontece da maneira adequada.

## 2.5 INCLUSÃO DOS SURDOS NA ATUALIDADE

Mendonça *et al.* (2018) relacionam o uso da Libras no contexto atual, assim afirmam que o principal fator obstatante à inclusão é a falta de implementação da



legislação e a carência de propostas de ensino com tal propósito. Essa problemática resulta em falhas na capacitação pedagógica, com a falta de conhecimento sobre a cultura e identidade surda.

Mesmo sendo indispensável o ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita, as metodologias utilizadas são direcionadas para atender às especificidades dos ouvintes. Ainda é pouco discutido a pedagogia surda e como isso é refletido no processo de aprendizado deles, pois muitos professores não estão preparados para a condução de um trabalho que propicie a ampliação da competência linguística dos surdos (ALVES *et al.*, 2015).

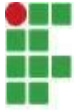
Em relação a esse assunto, Strobel (2006) também reflete e compara a inclusão social com uma adaptação forçada das situações cotidianas em sala de aula. Sendo assim, em seu trabalho ela cita um relato de uma aluna surda do curso de Pedagogia:

Uma vez na faculdade, durante muitos anos no curso de pedagogia sempre discutiram muito sobre a importância de inclusão de surdos nas escolas regulares, etc. Em uma ocasião, a professora psicóloga fez uma atividade que consistia que cada um dos alunos dizer a qualidade da pessoa escolhida e presentearia com um bombom e assim por diante. No final de tudo, já presenteados seus colegas escolhidos, nos sobraram duas surdas, a intérprete e a minha mãe, a última colega ouvinte escolheu a intérprete para presentear e ela sem graça, sem saber qual de nós duas escolheria para presentear e disse, que escolheria nós duas juntas, a professora impediu-a dizendo que não pode e teria que escolher uma, então a intérprete chateada presenteou a minha mãe com um bombom. A minha mãe, na vez dela levantou, vendo a nossa mágoa e caras de choramingo e disse a professora e a todos os colegas de pedagogia: isto se chama a inclusão? Vocês demonstraram na prática que “excluíram” as duas surdas! (STROBEL, 2006, p.251).

## 2.7 FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO ESTUDANTE SURDO

Há, atualmente, diversos materiais didáticos adaptados para surdos, porém a dificuldade de comunicação aumenta quando o aluno ingressa na formação profissional (BORGES *et al.*, 2015).

Os alunos surdos universitários relatam que as maiores dificuldades enfrentadas estão relacionadas à ausência da Língua de Sinais. Em um trabalho, um aluno



relatou a sua experiência em sala de aula e como isso afeta seu processo educacional:

As atividades acadêmicas solicitadas pelos professores se tornam difíceis por conta do Português; os resumos, os slides, as discussões, leituras de textos, tudo muito denso, devido a Língua Portuguesa, são muitos textos. O professor não sabe Libras, às vezes gesticula, mas há uma barreira na comunicação. Quando os intérpretes não estão, fico perdido. Eu oralizo pouco, e às vezes entendo o que escrevem no quadro” (ALVES *et al.*, 2015, p.42).

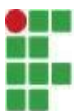
Outra grande dificuldade é nas disciplinas técnicas e específicas. São utilizados palavras e termos incomuns, e conseqüentemente, na maioria dos casos, não existe sinais em Libras (BORGES *et al.*, 2015).

Os intérpretes, mesmo sendo fluentes, devido à falta de familiaridade com os conceitos e termos, sentem muita dificuldade como estes, assim a interpretação é imprecisa e, às vezes, pode indicar um conceito equivocado (PINHO, 2017).

Nesse sentido, destacamos a Biologia como uma ciência relevante para os seres humanos, pois auxilia os cidadãos a entender o cotidiano, e este está cercado de intervenções tecnológicas (LABARCE, 2009). Nos currículos escolares, o objetivo do ensino da Biologia é a formação de pessoas com senso crítico e o desenvolvimento da capacidade do pensamento lógico. Assim, quando o indivíduo realizar essa assimilação ele entenderá seu papel na sociedade e natureza e poderá contribuir para melhoria de qualidade de vida (MORAIS, 2016).

A Biologia em algumas regiões ensina desde conhecimentos básicos até os campos como a biotecnologia e genética, que são assuntos recentes (MORAIS, 2016). Nessa perspectiva, para o entendimento da Biologia se deve romper com o método oralista e memorização, e de apenas transmissão, e contemplar tanto o aluno surdos quanto os ouvintes. O texto científico é repleto de conceitos específicos, e a forma que estes conceitos chegam até o estudante surdo pode alterar o significado (GOMES, 2016).

Carvalho (2017) utiliza um termo “sinalização científica” (SC) que é definida por ele como conjunto de terminologias que contemplam os conceitos na área científica. Englobando todos os sinais criados ou modificados, por surdos usuários da Libras. Portanto, há três fatores comuns sobre a elaboração de sinais: (a) mediação do professor no ensino dos conceitos dos termos, (b) propagação desses



sinais por meio da capacitação do intérprete educacional de Libras, (c) relação entre intérprete, aluno e professor. Além desses aspectos, o emprego da metodologia visual como instrumento é de extrema importância na criação desses sinais.

Desta maneira, diversos trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de incluir e facilitar o processo de aprendizado de alunos surdos, em ensinos de formação profissional. Borges *et al.* (2015) realizaram um projeto no IFMT (Instituto Federal do Mato Grosso), Campus Cáceres, que consiste no desenvolvimento de um glossário interativo de termos técnicos em Libras utilizando computação gráfica em 3D. Eles selecionaram 310 termos técnicos na área de Ciência da Computação/Informática e seus respectivos significados para que posteriormente fosse produzido representações em Libras modeladas em 3D e para compor o glossário interativo.

Outro trabalho realizado, recentemente, por Lima (2018) foi a tradução de termos utilizados no Curso Técnico em Mecânica do Instituto Federal do Paraná, Campus Paranaguá, do português para a Escrita de Sinais (figura 3).

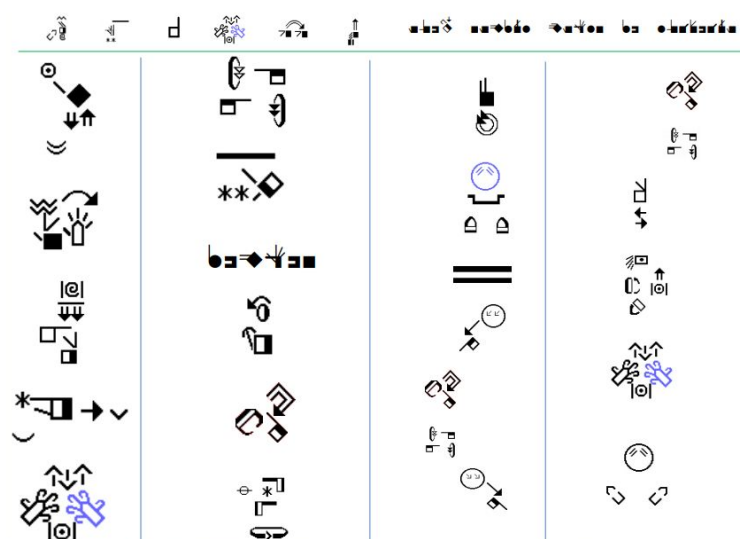
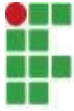


Figura 3 - Conteúdo didático do Curso de Mecânica traduzidos para a Escrita de Sinais.  
Fonte: LIMA, 2018.

É de extrema importância a divulgação dos sinais elaborados para evitar que alunos e intérpretes façam uso de sinais provisórios entre si, o que poderia acarretar na descaracterização da Libras, transformando-a em um “dialeto regional” (GARCIA *et al.*, 2016).





Ministério da Educação

Por essa razão, Garcia *et al.* (2016) realizaram um trabalho de criação de sinais específicos nos cursos Técnico em Edificações e Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Campus Jataí. Esse glossário, posteriormente, seria divulgado e distribuído nas instituições de ensino que ofereça os cursos de Edificações e Engenharia Civil, além de ser disponibilizado em plataformas digitais de relacionamentos.

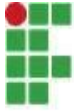
### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a leitura de diversos trabalhos e artigos científicos, previamente selecionados, foi possível entender como foi construída historicamente a educação dos surdos no Brasil e em outros países. Como os outros países influenciaram nesse processo e até para a criação da Língua de Sinais, que hoje é reconhecida legalmente como meio de comunicação e expressão da comunidade surda.

É de suma importância que o estudante surdo tenha conhecimento da Língua Portuguesa, porém é necessário entender e conhecer a cultura dos surdos e suas especificidades. O uso da Língua Brasileira de Sinais permite que os surdos participem e tenham uma vida social ativa e desenvolvam sua autonomia pessoal. Os recursos tecnológicos apresentam relevância para que o aluno surdo descubra o mundo da escrita e da linguagem, proporcionando maior autonomia ao educando.

A grande dificuldade vivenciada pelos estudantes principalmente após ingressar nas universidades é a falta de sinais dos termos específicos das áreas técnicas. Como esse estudo, verificou-se que trabalhos deste cunho estão sendo realizados, especialmente em Institutos Federais, por estudantes que prezam e valorizam a inclusão dos surdos, e visam melhorar o processo de aprendizado dos mesmos nos cursos técnicos e superiores.

Para trabalhos futuros, sugerimos a construção de um glossário que envolva termos científicos específicos no âmbito do Curso Técnico de Biotecnologia integrado ao Ensino Médio.



## REFERÊNCIAS

ALVES, D. A. As pessoas com deficiência e sua inserção no mundo educacional escolar: uma revisão bibliográfica. **Revista Educação Artes e Inclusão**. v. 14, n. 4, out. – nov., 2018.

ALVES, F. C.; SOUZA, J. de C. T.; LIMA, M. E. de.; CASTANHOL, M.. Educação de Surdos em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In: ALMEIDA, W. G. **EDUCAÇÃO DE SURDOS: formação, estratégias e prática docente**. Ilhéus: Editus, 2015. p. 27-47.

ALVES, M. L. T.; DUARTE, E. Os caminhos percorridos pelo processo inclusivo de alunos com deficiência na escola: uma reflexão dos direitos construídos historicamente. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 207-218, mai. - ago., 2011.

BARBOSA, M. G. S. **Os avanços da educação especial ao longo da história-da segregação à inclusão**. 2013. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – UNIRIO, Macaé, 2013.

BELTRAMI, C. M.; MOURA, Maria Cecília de. A EDUCAÇÃO DO SURDO NO PROCESSO DE INCLUSÃO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 50 ANOS (1961-2011). **Revista Eletrônica de Biologia**, S.I., v. 8, n. 1, p.146-161, 2015.

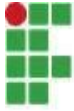
BORGES, L. C. *et al.* **Glossário interativo de Libras para a área de Computação**. In: COMPUTER ON THE BEACH, 3., 2015, Cáceres: Instituto Federal do Mato Grosso, 2015. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/acotb/article/view/7126/4045>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

BRASIL. **Decreto Federal nº 5626 de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 10436 de 24 de abril de 2002: Lei de Libras**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 30 set. 2018.

BRASIL. **Relatório sobre política linguística de educação bilíngue: língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Relatório do Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias no 1.060/2013 e no 91/2013, contendo subsídios para a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. MEC/SECADI, 2014.

BREDA, V. S. M. M. A aplicação da escrita de sinais, SignWriting, no Brasil. **Revista Leitura**, S.I., v. 1, n. 57, p.286-305, jan/jun. 2016.



Ministério da Educação

CAMPELLO, A. R.; REZENDE, P. L. F.. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, [s.l.], n. -2, p.71-92, 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.37229>>. Acesso em: 15 maio 2018.

CAPOVILLA, F. C. Filosofias educacionais em relação ao surdo: do oralismo à comunicação total ao bilinguismo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, S.l., v. 6, n. 1, p.99-116, 2000.

CARVALHO, A. S. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Práticas docentes frente à deficiência auditiva**. 2017. 30 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Faculdade Anhanguera, Guarulhos, 2017.

CARVALHO, V. S. **Investigando os processos de emersão e modificação de sinais, durante a apropriação da sinalização científica por surdos ao abordar os saberes químicos matéria e energia**. 2017. 166 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Química, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

CRUZ, A. I. S.; SILVA, P. F. **Inclusão Social de Surdos pela Ciência: Desenvolvimento de uma abordagem experimental de ensino**. 2013. 5 p. Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; **Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade**. Uberlândia: EDUFU, 2008.

**Declaração de Salamanca e linha de ação sobre as necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

FENEIS. **Relatório Anual**. 1993. Disponível em: <[https://www.ebah.com.br/content/ABAAAA\\_qkAB/feneis-relatorio-1993](https://www.ebah.com.br/content/ABAAAA_qkAB/feneis-relatorio-1993)>. Acesso em: 10 out. 2018.

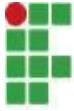
FERNANDES, A. F. F.; LAGE, D. A. **A importância da Educação inclusiva na formação docente para o ensino de Biologia**. 2015. 11 p., Curitiba, 2015.

Futura Profissão - Técnico em Biotecnologia. Direção: Fabio Brasil. Produção: **Cine Group e Canal Futura**, 2016. (26:53 min). Disponível em: <<<https://goo.gl/vVbyyv>>>. Acesso em 05 nov 2018.

GARCIA, K. F. L. *et al.* SINAIS ESPECÍFICO EM LIBRAS: CURSO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES E SUPERIOR EM ENGENHARIA CIVIL. **Anais da Semana de Licenciatura**, América do Norte, 1, out. 2016. Disponível em: <<http://w2.ifg.edu.br/jatai/semlic/seer/index.php/anais/article/view/525>>. Acesso em: 27 set. 2018.

GOMES, P. C. FRIGERO, M. L. P. **Desafios ao ensino de Biologia na Inclusão do Surdo**. In: Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, Franca, 2016.

JANNUZZI, G.; **A Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início**



**do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2004.

LABARCE, E. C. **Ensino de Biologia e o Desenvolvimento de Habilidades Cognitivas por meio de Atividades Práticas e Contextualizadas.** Dissertação (Pós-Graduação em Educação para a Ciência). Universidade Estadual Paulista. Julio de Mesquita Filho, 2009.

LACERDA, C. B. F. A Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Caderno do CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, 2006.

LACERDA, C. B. F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cadernos Cedex**, Campinas, v. 19, n. 46, p.68-80, set. 1998. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32621998000300007>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

LIMA, E. S. **Traduzindo do Português para a Escrita de Sinais um Material Didático do Curso Técnico em Mecânica do Instituto Federal do Paraná.** 2018. 137 f. TCC (Graduação) - Curso de Letras Libras, Universidade Federal de Santa Catarina, Joinville, 2018.

LIMA, M. S. C. **Surdez, Bilingüismo e Inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito.** 2004. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, jan./mar. 2013.

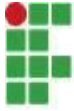
MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.**

MENDONÇA, L. M. *et al.* A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS COMO COMPONENTE CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA. **Educação: Saberes e Prática**, Luziânia, v. 7, n. 1, p.30-44, 2018. Disponível em: <<http://revistas.icesp.br/index.php/SaberesPratica/article/view/342/238>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MIRANDA, A. A. B. HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 15, p.1-7, set. 2004.

MORAIS, E. R.; RENALLY, D.; SILVA, R. L. M.; LOURENÇO, N. N. A compreensão de conceitos biológicos através do visual: estratégia de ensino inclusivo de alunos com surdez. Congresso Internacional de Educação Inclusiva Campina Grande, Universidade Estadual da Paraíba, 2016. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV060\\_MD4\\_S A7\\_ID3564\\_19102016185533.pdf](https://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD4_S A7_ID3564_19102016185533.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2018.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E. História da educação dos surdos no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM



Ministério da Educação

EDUCAÇÃO, 13., 2015, Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2015. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/94.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2018.

NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. (org). **Educação profissional e tecnológica inclusiva: um caminho em construção**. Brasília, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

PEREIRA, A. G. S. S.; SANTANA, C. L.; SANTANA, C. L. S. A Educação Especial no Brasil: acontecimentos históricos. In: LINHARES, R. N. (Org.), 2012, Aracaju. **Anais do 3º Simpósio Educação e Inclusão - infoinclusão: possibilidades de ensinar e aprender**. Aracaju: Universidade Tiradentes – UNIT, 2012.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. *SER Social*, Brasília, v.19 , n. 40, jan.-jun. 2017.

PINHO, G. C. **Mediação de conceitos científicos e as barreiras linguísticas enfrentadas pelos intérpretes de Libras**. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2017.

REIS, R. L.; ROSS, P. R. **A inclusão do aluno com deficiência intelectual no Ensino Regular**. UFPR, 2008.

ROCCAFORTE, M. **Le componenti orali della lingua dei segni italiana: Analisi linguistica, indagini sperimentali e implicazioni glottodidattiche**. Roma: Sapienza, 2018. 17 p.

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. **Revista de Educação do IDEAU**. v. 5, n. 12, jul. – dez., 2010.

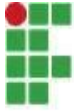
SANTOS, A. N.; COELHO, O. M. B. S.; KLEIN, M.. Educação de surdos no Brasil e Portugal: políticas de reconhecimento linguístico, bilinguismo e formação docente. **Educação e Pesquisa**, [s.l.], v. 43, n. 1, p.216-228, 11 ago. 2016. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1517-9702201608148639>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

SANTOS, M. C. D. Educação especial e inclusão: Por uma perspectiva universal. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, p. 277-289. 2013.

SANTOS, M. V.; CHAGAS, Y. M. M. **Educação Inclusiva para surdos: Desafios e Perspectivas**. In: Fórum internacional de Pedagogia, 2012, Paraíba. Fiped (2012). Campina Grande: Realize Editora, 2012.

SILVA, O. M. **Epopéia ignorada – A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e Hoje**. 1987.

SILVA, S. A. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Londrina. 2009. Disponível em: <[http://www.uel.br/prograd/nucleo\\_acessibilidade/documentos/texto\\_libras.pdf](http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf)>.



Acesso em: 09 set. 2018.

SONZA, A. P. (Org.) **Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais**. Bento Gonçalves: Rio Grande do Sul, 2013.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; STRAPAZZON, J. A. (org). **Soluções Acessíveis: experiências inclusivas no IFRS**. Bento Gonçalves, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2014.

SOUZA, J. M. R.; MARQUES, C. D. P.; SAMPAIO, M. L. P.. LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS EM CONTEXTO: INCLUSÃO DOS INDIVÍDUOS SURDOS. **Revista Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.34-55, 1 set. 2014. Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5965/19843178912014034>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

SOUZA, M. M. M.; KLEMP, D. S.; FERNANDES, J. C. L.. Surdo - O Mundo que Ninguém Ouve. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 297-315, feb. 2017. Disponível em: <[http://fics.edu.br/index.php/augusto\\_guzzo/article/view/412](http://fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/412)>. Acesso em: 09 maio 2018.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão - um guia para educadores**. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed Sul, 1999.

STROBEL, K. L. A VISÃO HISTÓRICA DA IN(EX)CLUSÃO DOS SURDOS NAS ESCOLAS. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 7, n. 2, p.245-254, jun. 2006.

STUMPF, M. R.; WANDERLEY, Débora Campos. QUEM FALA PORTUGUÊS, ESCREVE EM PORTUGUÊS. QUEM FALA INGLÊS, ESCREVE EM INGLÊS. OS SURDOS: EM QUE LÍNGUA ESCREVEM? **Revista Letras Raras**, S.I., v. 5, n. 1, p.93-107, 2016.

THOMA, A. S.; KLEIN, M.. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p.107-131, maio 2010.